

I ENCONTRO PRÓ-ALFABETIZAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL

PALESTRA DO PROF. SÉRGIO HADDAD

(degravação)

Muito boa noite! Eu queria inicialmente agradecer o convite de estar aqui batendo papo sobre essa questão do Ano Internacional da Alfabetização e estender esse agradecimento em nome do Paulo Freire que infelizmente não pode vir e me solicitou então que fizesse esse agradecimento.

Eu, na verdade, procurei muito mais amarrar alguns pontos que pudessem servir de subsídios para esses dias de trabalho do que propriamente uma fala articulada ou alguma coisa que pudesse ser um pouco mais densa. Então, eu anotei algumas questões, trouxe uma quantidade de materiais para ser socializado entre vocês e anotei uma pauta de eventos, de atividades que estão ocorrendo já por motivo deste Ano Internacional de Alfabetização.

Bom, eu anotei 06 pontos que no meu ponto de vista nós deveríamos considerar em um quadro como este em que o Ano Internacional da Alfabetização foi lançado.

O 1o. ponto se refere à questão conjuntural, pegando questões de ordem internacional, algumas mais relativas à América Latina e pontos em relação ao Brasil. Um fato inicial em relação à questão conjuntural internacional que nós deveríamos levar em consideração diz respeito às mudanças no Leste Europeu. Com a maior proximidade desses países com outros países da Europa, acaba por se configurar, cada vez mais fortemente, uma mudança fundamental no nível das relações internacionais que deixam de ser entre o bloco comunista e o bloco capitalista, entre o leste e o oeste para ser muito mais uma relação de confronto entre os países mais avançados e os países menos avançados. Então, esta é talvez a primeira questão que deveria ser levada em consideração em termos internacionais. Hoje, a questão é muito mais de enfrentamento entre o bloco do norte e o bloco do sul do que propriamente uma relação entre o leste e o oeste. Isto diz respeito à nossa América e, em especial, ao nosso país, uma vez de que o Brasil tem certamente uma das economias mais importantes em termos do capitalismo internacional, dentro do mundo subdesenvolvido, e que passa já por grandes dificuldades e em termos de perspectivas mais amplas e portanto deve passar por dificuldades ainda maiores. O que a gente pode notar é que os blocos internacionais mais desenvolvidos acabaram por se organizar em 03 grandes frentes: uma com a unidade europeia em 1992 e mais a curto prazo a inclusão desses países do leste europeu. Um segundo bloco, o bloco asiático, e o terceiro, o bloco dos Estados Unidos, com o Canadá e o norte do México, formam os três polos poderosos em termos econômicos onde as relações internacionais vão estar bastante polarizadas e

onde o papel dos países do terceiro mundo vai ser bastante reduzido.

Ainda dentro dessa conjuntura internacional é importante notar que ao longo dos últimos anos houve um crescimento acelerado desses países em detrimento ao crescimento quase que negativo dos países do terceiro mundo, indicando um desequilíbrio cada vez maior entre o norte e o sul. Apesar disto, o que a gente notou ao longo desses últimos 10 anos, foi um crescente envio de recursos financeiros por parte dos países do sul direto aos países do norte, quer dizer, a quantidade de dinheiro repassada dos países do norte e aplicada em termos tanto produtivos quanto em termos de empréstimos, foram muito menores em relação à quantidade de dinheiro pago em termos de parcelas e juros das dívidas externas desses países. Então, nós temos, em termos de conjuntura mais global, uma situação bastante difícil para a América Latina e o Brasil, com um acirramento das contradições entre os países do norte e os países do sul.

Em termos da América Latina, se nós considerarmos os últimos anos, o movimento político foi de crescimento de uma democracia formal. A América Latina deixou de ser pacta no mundo, no primeiro mundo, uma vez que as ditaduras foram gradativamente substituídas por governos civis e isto, de uma certa forma, fixou a preocupação internacional para o campo dos interesses econômicos. Essa democratização formal a gente vai encontrar no Peru, no Chile, no Uruguai, na Argentina, no Brasil, na Bolívia, e não se pode dizer, evidentemente, que ela tenha se tornado uma democracia substantiva. Muito menos se pode dizer que essa democracia formal seja uma garantia efetiva de continuidade de poder nas mãos da sociedade civil em processos de democratização cada vez maiores. A democratização que nós vimos no caso europeu, das ditaduras européias, como no caso da Espanha e de Portugal, foram por democracias substanciais. No caso da América Latina, o risco de retrocesso está sempre presente e a possibilidade de manutenção de um sistema formal, democrático, num quadro de crise econômica, é sempre bastante tênue. Em termos da situação econômica, o que a gente pode dizer, é que essa década foi uma década perdida para América Latina. Quer dizer, os índices de crescimento que nós pudemos encontrar em décadas anteriores não ocorreram nessa década. Nos anos 80 os crescimentos foram negativos na maioria dos países. E com crescimento do endividamento externo acelerado. Portanto: crise econômica, crescimento negativo, endividamento, governos de democracia formal, e um deslocamento de interesses por parte do capitalismo internacional que antes tinha na América Latina um dos seus fatores de obtenção de matérias primas e de produtos industrializados a baixo custo e que agora, através do seu desenvolvimento tecnológico, consegue realizar isto muitas vezes a custo competitivo nos próprios mercados do primeiro mundo.

Portanto, uma questão que se coloca para nós é qual o espaço da América Latina num contexto universal como esse e qual vai ser o espaço ao longo dessa década? como é que a gente pode notar caminhos possíveis de reintegração dos países Latino Americanos no contexto mundial?

Em termos do Brasil, podemos anotar alguns pontos. Nós encerramos uma etapa política de transição, com um governo constituído democraticamente a partir das eleições diretas do ano passado. Isto coloca o Brasil no campo Latino Americano da democracia formal. Ao mesmo tempo, o que se pode notar é uma certa tendência ao crescimento das esquerdas no cenário político, não só em termos numéricos, mas também em termos de coligação onde a unidade das esquerdas que acabou se configurando na figura do candidato Lula o ano passado nas eleições para presidente é um exemplo. Esse avanço gradativo das esquerdas tem se constituído muitas vezes em um movimento gradativo de ocupação dos espaços públicos, inicialmente em algumas prefeituras e com grandes possibilidades de governos estaduais nas próximas eleições desse ano.

Ao mesmo tempo em que há esse processo, nós podemos perceber uma crise econômica das mais graves e talvez uma das maiores que o Brasil tenha passado. Uma crise econômica onde nós não conseguimos vislumbrar equacionamento. Uma crise que parece que tem um processo rotativo onde a inflação é retomada permanentemente e onde a questão da dívida externa e da dívida interna são marcas fundamentais e não se vê equação a médio prazo nem nos planos do governo anterior, nem nesse que está aí.

É uma década de estagnação econômica, é um país que cresceu em média 7% ao ano desde 1940 até 1980 e que na década de 80 teve em média um crescimento de 1%. Todo o movimento que levou o Brasil a sair da 49a. economia capitalista mundial na década de 40 e chegar ao final da década de 70 a ser a 8a. economia capitalista mundial, vai passar por um período de estagnação motivado pela falta de investimento e de renovação de seu parque industrial, o que demonstra que nós vamos sofrer os efeitos dessa crise econômica a curto prazo, já na próxima década.

Estamos vivenciando, dentro desse quadro econômico, uma mudança do governo federal que se constituiu em uma sociedade bastante dividida pelas eleições do ano passado. Vamos ter uma nova eleição significativa que é aquela para composição do congresso nacional deste ano. Aquele que vai regulamentar o caráter da constituição aprovada no ano retrasado e que vai controlar de uma maneira significativa a possibilidade do governo federal de realização de suas políticas. Essa eleição se mostra fundamental não só para o Governo Federal que toma posse agora, porque ele tem efetivamente que apostar em um processo de apoio parlamentar, mas também para a sociedade civil, pelo quadro de divisão social e o quadro econômico bastante difícil.

Bom, são essas as considerações de caráter conjuntural que eu acho que nós devemos levar em

consideração como um primeiro ponto nas discussões que vocês vão manter ao longo desses dois dias.

Sobre o tema propriamente da educação, eu vou começar com a questão do analfabetismo. A gente que estuda e que trabalha com relação aos números de analfabetos no Brasil, sempre tem muita dificuldade em tentar identificar qual o melhor critério, quais os dados que estão à disposição. Essa dificuldade é real porque nós temos alguns censos que trabalham com analfabetismo acima de 05 anos, temos os Censos mais recente que trabalham com analfabetismo a partir dos 15 anos, temos as pesquisas por amostra domiciliar que trabalha com índices em alguns casos acima de 05 anos, em outros casos acima de 10 anos. Então, normalmente, há uma variedade de dados bastante difíceis de poderem ser identificados. Mas de qualquer forma o que a gente pode verificar é o seguinte: até 1987 houve uma queda sistemática dos índices percentuais de analfabetismo para crianças e adultos acima de 05 anos. Esses índices vieram caindo até 86, que dizer, nós temos em 1890, 82% das pessoas com 05 anos ou mais analfabetas, em 1920, 72%, em 40, 61,1%, em 50, 57,1%, em 60, 46,7%, em 86, 25,59%. Em 87 é a primeira inflexão que vai ocorrer nos índices percentuais que passam então de 25,59% pra 25,76%. É uma mudança pequena, mas é a primeira vez que essa linha de queda começa a crescer. Isto é uma questão séria e que a gente tem que buscar as causas. Eu estou falando em índices percentuais porque, evidentemente, o número de pessoas analfabetas cresceu e cresceu de maneira considerável. Os dados de 1940 apontam para 21,2 milhões de pessoas e os dados de 1980 apontam para 32,7 milhões de pessoas com mais de 05 anos que não têm o domínio do código da leitura e da escrita. Eu peguei esses dois anos, 40 e 80, para mostrar justamente que é neste período que o Brasil sai da condição de 49a. economia capitalista mundial e passa justamente pra 8a. economia capitalista mundial. É justamente nesse período de desenvolvimento acelerado com 7% ao ano em média de crescimento que o país cresce em torno de 11 milhões de pessoas analfabetas com mais de 05 anos de idade.

Essa situação também pode ser vista dentro de um contexto mundial, quer dizer, o Ano Internacional nasce em cima de uma preocupação com o fato de que hoje no mundo inteiro há cerca de 01 bilhão de pessoas que não têm o domínio do código da leitura e da escrita. Destes, 100 milhões estão na faixa de 06 a 11 anos. 98% estão justamente nos países do sul, nos países subdesenvolvidos. Isto demonstra então que em termos mundiais ocorre também o mesmo que em termos nacionais e latino americanos: justamente nos bolsões de pobreza é que vamos encontrar os maiores índices de analfabetismo. 54% estão na África, 36% estão na Ásia e 17% na América Latina.

Na América Latina nós temos 44 milhões de pessoas analfabetas e o caso brasileiro é o maior. Nós temos 30 milhões de brasileiros analfabetos nessa situação. Em termos percentuais o Brasil é o 8o. na América Latina, atrás dos

seguintes países: Haiti, República Dominicana, Guatemala, Bolívia, El Salvador e Honduras. Triste posição essa brasileira!

O que a gente começa a perceber então é que este crescimento de 86 para 87 que empurrou os índices de analfabetismo para cima está situado justamente na situação entre 05 e 13 anos de idade e entre os com mais de 40 anos de idade, quer dizer, o número bruto de crianças que não tiveram acesso aos códigos da leitura e da escrita está aumentando. Então, o que está inflacionando o número, é a diminuição de acesso à escolarização que ocorreu na década de 80. E isso portanto, que vai empurrar os índices de analfabetismo adultos e conseqüentemente vai empurrar a demanda por cursos de alfabetização e cursos de ensino supletivo a curto prazo. Evidentemente a explicação que a gente pode ter para este crescimento é uma explicação que está diretamente voltada à situação de crise econômica que o Brasil viveu na década de 80. A crise de 81 a 83, talvez a crise mais profunda que o Brasil passou nesses últimos anos, teve repercussões imediatas na possibilidade de aquisição dessa escolaridade pelas camadas mais pobres da população. E sempre que ocorrer crise econômica ela estará diretamente influenciando a possibilidade de acesso aos bens sociais que a sociedade produz.

Se a gente tomar os dados de 1980, que são os últimos dados do censo e são os dados que têm maior precisão, temos o seguinte resultado: para uma população com mais de 15 anos de 73 milhões e 500 mil pessoas, 18 milhões e 700 mil, 25%, não sabiam ler e escrever. Se a gente considerar com menos de 01 ano de estudo, mais os analfabetos, a gente chega a um número de 20 milhões, portanto 27,42%. Para mais de 01 ano e menos de 04 anos, nós temos 15 milhões de pessoas, 21% da população, e de 04 a 08 anos, 23 milhões. Portanto, quase 60 milhões de pessoas num total de 73 milhões com mais de 15 anos de idade que não têm a educação básica, um ensino que está colocado na lei como um direito do cidadão, ou seja, 08 anos de escolaridade básica.

E esta defasagem vai continuar aumentando, porque neste mesmo período em 1980, se nós tomarmos as 23 milhões de crianças que estavam na faixa dos 07 aos 14, portanto na faixa de direito à escolaridade, nós vamos ter 7 milhões e meio que não estavam na escola. Dos que estavam na escola, apenas 05 milhões, 23%, estavam na idade-série correspondente. Ora, se a gente somar esse montante de pessoas que demandariam uma escola básica de 1o. grau, adultos ou crianças, chegaríamos a um volume de quase 80 milhões de pessoas para uma população em 1980 em torno de 110 milhões de pessoas.

O que esses dados apontam para gente e eu acho que isto poderia ser então conclusivo para este 2o. ponto e que poderia ser levado para reflexão dos próximos dias é o seguinte:

- Primeiro, não há democracia educacional sem democracia social. Esse é um dado fundamental, as pessoas

são pobres não porque são analfabetas, as pessoas são analfabetas porque são pobres. Esta é uma realidade que tem que ser colocada fortemente porque normalmente a tendência de uma campanha de um Ano Internacional é de jogar a culpa no analfabeto de toda a situação econômica e de pobreza que o país tem, quando é justamente o inverso que deve ser considerado, quer dizer, as pessoas estão nesta condição educacional porque as condições sociais não permitem que elas pudessem ter acesso a essa escolaridade. Não há na história mundial ninguém que tenha resolvido o problema da escolarização da maioria da população sem que houvessem ganhos sociais para esta maioria, sejam elas em governos revolucionários de esquerda, sejam eles em governos capitalistas. Só é possível ocorrer isso em uma situação de desenvolvimento social. Não adianta o país ter crescido 7% ao ano, ao longo desses anos todos, se isso não se converteu em democracia social, na apropriação desse crescimento pela maioria da população. Portanto, com concentração de renda e crescimento não tem mecanismo que solucione a questão educacional.

A 2a conclusão que a gente poderia retirar daí é que há uma interligação permanente entre alfabetização infantil e a situação do analfabetismo adulto, da escolarização do adulto. Não se resolve o problema do analfabetismo de jovens e adultos sem fechar a torneira da deficiente educação infantil. Muitas vezes isto tem sido interpretado como uma prioridade à educação infantil em relação à educação de adultos. Eu particularmente tenho me batido muito contra essa posição, muitas vezes, inclusive, de companheiros nossos, educadores de esquerda que foram ao serviço público, ao executivo, e que muitas vezes acabaram no meu modo de ver concebendo de uma maneira errônea um direito que é de todos. Se é verdade que não se resolve o problema do analfabetismo adulto sem resolver o problema do analfabetismo infantil, por outro lado, nós não podemos deixar de considerar que enquanto direito do cidadão que perdeu essa escolaridade não por culpa sua, mas por culpa de uma sociedade que não lhe permitiu fazer isso, o Estado deve obrigatoriamente atender a esta demanda.

O 3o. ponto que eu queria levantar, são os desafios em relação ao setor público que estão colocados para nós.

Esse é um ano em que o legislativo federal discute a nova Lei de Diretrizes e Bases. Como vocês sabem, nós estamos num impasse em relação à nova Lei de Diretrizes e Bases. Existe um projeto de lei que está colocado e que está sendo discutido, proposto, por uma série de instituições da sociedade civil e que foi inicialmente assumido pelo Deputado Otávio Elias, posteriormente pelo Jorge Hage. O último substitutivo está sendo discutido agora junto ao Congresso, mas ao mesmo tempo entende-se que esta legislação, esta nova lei, é uma lei que é mais progressista do que a minoria progressista do nosso Congresso Nacional e isso traz, evidentemente, um problema de difícil solução.

Em relação ao Plano Nacional de Educação, já existe um movimento para elaborá-lo. Já existiram encontros regionais para discutir o Plano Nacional, mas, de qualquer forma este é um movimento de atropelamento. Na verdade o Plano Nacional deveria ser um Plano baseado na nova Lei de Diretrizes e Bases. Nós estamos numa situação bastante difícil, porque tudo indica que essa nova Lei não vai ser votada, que vai se criar um impasse, que no 2o. semestre não vai haver quorum no Congresso Nacional. Por outro lado, uma Lei progressista com um governo conservador, me parece uma equação bastante difícil de ser equacionada. A legislação muitas vezes é progressista no caso da educação, o que não é nada progressista é justamente o executivo. A legislação na verdade, garantiu o direito de educação a todos desde a primeira carta republicana, desde 1824 que esta garantia já estava colocada para todos. A lei 5692 estabeleceu 08 anos de escolaridade para todos e os dados estão aí: uma parcela mínima consegue realizar esses 08 anos. Agora nós estendemos a escolaridade para pré-escola e para todos aqueles que não tiveram acesso ou seja para 80 milhões de pessoas em 1980, mais a pré-escola que não estava apontada de 0 a 06. Esta realmente é uma legislação bastante aberta, bastante progressista. Agora, a viabilização disto só se dará a partir da luta social.

Ao nível estadual e nós estamos em plena elaboração da legislação da constituinte estadual, e neste aspecto questões estão sendo colocadas. Nos próximos dois meses, a maioria dos municípios vai elaborar as leis orgânicas municipais e onde questões como participação popular nos Conselhos, criação dos Conselhos de Escola, escolha direta dos diretores, criação de programa de ensino básico da educação de adultos, aplicação da receita mínima, reconhecimento de escolas comunitárias e de movimentos sociais estão sendo colocadas permanentemente enquanto pauta dessas Leis Orgânicas.

No plano do executivo federal nós temos uma situação bastante dubia. Nós não sabemos o que vem pela frente na verdade. Nós temos indicações. Eu tive acesso ao texto base do Grupo de Educação que foi coordenado pelo Geraldo Leal de Moraes, que foi secretário em Maceió do governo Collor, e que tem os conceitos básicos de um plano participativo de renovação nacional. Ele me deixou um pouco preocupado, e um pouco assustado pelo que vem pela frente, mas de qualquer forma, eu vou deixar o plano aí, vocês podem ter acesso. Tem coisas que são apontadas como por exemplo uma regionalização curricular sem ter um curriculum básico mínimo nacional que me parecem bastante questionáveis. Afirmações no seguinte sentido:

- O ensino superior absorve 80% dos recursos do MEC, é de baixa qualidade e em grande parte voltadas às ciências humanas; ou afirmações como essa:

- a escola privada deve ser estimulada pela sociedade, municípios, estados e governo federal; ou afirmações como:

- o currículo pleno deve ser regionalizado,
- a iniciação à Educação Física e ensinamentos com conteúdo de higiene e cultura cívica, ou então
- o dualismo rede pública de ensino e rede privada deve evoluir para uma complementação e convergência na formação de homens capazes e íntegros.

- As comunidades, através das suas associações de moradores e demais entidades organizadas da população poderão preparar cidadãos para o exercício, não da cidadania, mas de profissões que lhes interessem, tais como: eletrônica, datilografia, contabilidade, carpintaria, hidráulica, pedreiro, encanador, cabendo ao poder público contribuir com material técnico e didático e orientação profissional.

- O acesso ao ensino público superior gratuito deve ser um direito do cidadão capacitado e aquele que comprove sua impossibilidade financeira de complementação dos recursos necessários, quando lhe será provido de bolsa de estudo, devendo entretanto, ser pago por estudantes de famílias ricas, capazes de fazê-lo.

Bom, por aí vocês podem ter uma idéia do que vem pela frente em termos do governo federal. Por outro lado, o que nós temos visto é que ao nível municipal, as eleições de 88 levaram ao poder uma quantidade bastante grande de partidos de esquerda que têm ampliado significativamente a situação no campo educacional, em especial no campo da educação de adultos. Isto, pode ser explicado, muitas vezes, porque a grande maioria das pessoas que vão assumir a área de educação dessas prefeituras, muitas vezes, vieram dos movimentos sociais, de práticas de educação popular.

Ao nível do judiciário, eu acho que nós temos que pensar num fato novo: nós nunca ligamos muito para o judiciário na questão educacional e ele pode ser um instrumento bastante importante, ao nível das associações, ao nível da sociedade civil, no sentido de cobrar os compromissos estabelecidos constitucionalmente. Isto pode ser feito não só no sentido da oferta de escolarização para todos, cuja medida judicial está colocada em termos constitucionais, quer dizer, hoje, uma pessoa pode cobrar judicialmente aquela escola que ele não tem, mas também o compromisso da aplicação dos percentuais mínimos para os recursos educacionais. Também pode cobrar o compromisso que está colocado nas disposições transitórias de que teríamos 10 anos para erradicação do analfabetismo e pra extensão do ensino básico pra todos. Eu gostaria de lembrar para vocês que vão trabalhar a partir de amanhã que os 10 anos já viraram 08 e que portanto é menos tempo que nós temos pela frente.

O 4o. item que eu queria levantar diz respeito ao fato de que esse empenho em cobrar do setor público, seja no legislativo, no executivo ou no judiciário, ele só vai se efetivar, ele só vai ganhar consistência, na medida em que nós tivermos também um pé junto ao movimento social. O que podemos perceber é que se é evidente que há uma iniciativa

por parte do Estado em relação à oferta da escolaridade e hoje um crescimento desta oferta ao longo dos últimos 40 anos, quem muitas vezes direcionou e quem muitas vezes arrancou este direito do Estado foi a organização popular, foram os movimentos sociais organizados. Os estudos sobre o papel destes movimentos são estudos muito recentes. A gente começa a ter agora um grupo de pessoas que estão mais preocupadas em tentar mostrar como a participação popular é definitiva no sentido de arrancar do Estado este direito que é de todos. Isto também demonstra um pouco o elitismo com que as pesquisas acadêmicas vêm sendo tratadas. A participação popular, a educação popular de uma maneira geral, têm sido muito pouco tratadas dentro do panorama geral da educação, em termos da pesquisa e da sua compreensão teórica. Eu vou tratar desse assunto um pouco mais pra frente.

Nós também podemos notar que a participação popular pode ser encontrada ao nível do fazer essa escolaridade que ocorre nos locais onde não há oferta por parte dos setores públicos. Quer dizer, a organização popular, não só para adultos, através desses projetos de alfabetização e de escolas de educação de adultos que se desenvolvem junto aos movimentos sociais, mas também, a educação infantil, como no caso das escolas comunitárias em regiões pobres desse país, que é um movimento bastante forte, são exemplos de como o povo se organiza para fazer com suas próprias mãos aquilo que é obrigatório dos serviços públicos. É o caso por exemplo, das escolas comunitárias de Recife, Olinda, é o caso de Belém, é o caso do Rio de Janeiro, é o caso de Salvador, é um movimento bastante forte que nada mais é do que a própria população se organizando para realizar aquilo que não consegue enquanto direito do Estado.

Os estudos começam a mostrar como é que isto vem se dando em termos de organização popular, em especial a partir da década de 70, quando a prática desta chamada educação popular no seio dos movimentos sociais entre outras coisas acabou por reivindicar e direcionar a escola que eles gostariam de ter.

Finalmente, uma questão muito pouco estudada e muito difícil de ser trabalhada, é a questão do controle e da gestão por parte dos movimentos sociais sobre a escola que eles têm. Mesmo nas gestões de esquerda o que a gente tem visto, é que se consegue avançar bastante na oferta mas a questão da gestão e a questão da participação ainda é uma fantasia. As experiências dos primeiros governos estaduais de oposição avançaram um pouco na questão dos Conselhos de Escola, na gestão do controle, na tentativa de um controle público sobre essa escola, mas isso ainda é muito precário. Os exemplos dos Conselhos de Escola do Estado de São Paulo, que nasceram no governo Montoro, por exemplo, em 1982, estas experiências se reproduziram posteriormente na gestão municipal da Professora Guimaraes. Pois elas praticamente se perderam. Hoje não existe nenhum Conselho de Escola funcionando que eu conheça, por exemplo, e chegaram a ser

mais de 1000 Conselhos de Escola funcionando em certo momento. Isto demonstra que nem sempre a participação é um problema de decreto, quer dizer, você não pode estabelecer participação popular e gestão a partir de decretos que vêm do executivo.

Esta é uma discussão que nós temos que fazer ainda. Será que o controle e a participação tem que se dar nas instâncias efetivamente escolares ou fora dessas instâncias escolares na organização popular junto aos movimentos fora do sistema escola propriamente dito? Será que toda participação popular no sistema, vai ser sempre uma participação burocrática? É possível essa gestão popular justamente pelos setores que pouca experiência tiveram dentro da escola?

Um 5o. aspecto, diz respeito ao papel das universidades, e aí vai um chamamento por estarmos aqui dentro da Universidade de Brasília. A UNESCO me encomendou uma pesquisa sobre a participação das universidades, das entidades de ensino superior no campo da educação de adultos e foi uma tristeza. A parcela de 60 milhões de pessoas que não tiveram acesso aos serviços escolares é uma demanda potencial para a educação de adultos. Ora, esta parcela recebeu em termos orçamentários menos de 1% do orçamento de educação em termos de governo federal e menos de 0,5% em termos dos governos estaduais. No campo do conhecimento o que a gente verifica é o seguinte: São raríssimas as escolas de ensino superior que se preocupam com as questões de educação de adultos, a grande maioria das escolas de ensino superior não tem nem a disciplina obrigatória em termos de educação de adultos. O que a gente consegue encontrar entre as experiências é que não há uma articulação entre pesquisa, extensão e ensino, quer dizer, a pesquisa normalmente é uma pesquisa que trabalha paralela ao trabalho de ensino, o ensino é bastante reduzido e normalmente o trabalho da extensão é um trabalho que não está colado a este campo temático. Voltado, vamos dizer, ao campo educacional.

A grande maioria dos programas de educação nasceu a partir de uma indicação do Ministério da Educação que solicita aos reitores que façam programas de educação de adultos para os seus funcionários. Isto ocorre a partir de 1986. Eu fui localizando que a maioria dos programas, eram programas colocados a partir das reitorias, né? Muitas vezes a partir dos serviços das pró-reitorias que lidavam com a questão de assistência social dentro das universidades. Então, entre o refeitório, a recreação, uma educação de adultos e totalmente descolado do setor de produção de conhecimentos, de ensino, ou seja, da Faculdade de Educação. Mas é verdade também, que os Centros de Educação tinham pesquisas ou que trabalhavam com alfabetização ou educação de adultos. Então, para atender à reitoria, foram obrigadas a chamar aquela professora, que parece que alfabetizou a empregada dela na década de 60 e que parece que conhece alguma coisa ou participou de algum projeto de alfabetização

na década de 60 com Professor Paulo Freire. Neste momento nasce um núcleo de preocupação.

Outra coisa que se revelou muito claramente no campo da educação de adultos é a dedicação de dois ou três professores apenas por instituição e que ficam brigando internamente dentro da Faculdade para tentar arrumar um espacinho pra educação de adultos, arrumar uma verbinha pra uma pesquisa para educação de adultos, arrumar um pouquinho de dinheiro pra fazer um serviço de extensão, aquela perua emprestada, etc, etc. Então vai indo sempre como se fosse um favor o atendimento.

Ora, se considerarmos isto em termos da realidade nacional, aos 05 milhões de crianças que estavam na faixa dos 07 aos 14 anos com a idade-série adequada a quantidade de verba de pesquisas que lhes foram dedicadas é absolutamente desproporcional. Quer dizer, o ideal de escola que é muitas vezes o ideal dos filhos dos professores que estão trabalhando nas universidades acaba criando uma situação elitista por parte da universidade no campo da pesquisa. Isto cria uma situação que quando entra para um trabalho de educação de adultos, você não tem formação, você não tem subsídios, você não tem possibilidade de buscar recursos e você não tem orientação. Então, eu garanto que todo mundo aqui que trabalha com educação de adultos, entrou na marra pra fazer esse serviço e muito provavelmente acabou tendo que ver as coisas da década de 60 pra fazer trabalho de educação de adultos. Vai lá, lê "Educação com prática de liberdade", alguma coisa do Gadotti, alguma coisa da Vanilda Paiva, do Celso Balseigel. Isto não quer dizer que não tenha havido pesquisas e não quer dizer que não tenha havido um pequeno avanço no processo de conhecimento, mas é pequeno. Este trabalho que coordenei em termos do estado da arte da educação de adultos no Brasil, que é tentar levantar toda essa produção de conhecimentos, apontou alguns caminhos interessantes, porém bastante insuficientes. Neste aspecto, nós estamos maus, bem maus, tanto na questão da formação dos professores quanto no campo da produção de conhecimento.

Uma última questão, e diz respeito ao movimento dos professores. Eu tenho entendido que o movimento dos professores, apesar do seu avanço quantitativo, vem passando por dificuldades. Tem representantes aqui do movimento dos professores que podem muito bem me questionar ou dizer se é isso mesmo ou não. A gente tem avançado consideravelmente em termos de uma articulação mais forte em termos das greves por reivindicação salarial e muito pouco no avanço da discussão pedagógica. Claro que eu não vou cair na ingenuidade de fazer a contraposição entre uma coisa e outra. Mas, de fato, concretamente, o que a gente pode perceber é que a década de 80, foi uma década de crescimento, de avanço dos movimentos dos professores e certamente foi uma década de absoluto desprestígio com relação ao ensino público e nós chegamos no final dessa década de 80 no nível mais baixo que o ensino público poderia ter em termos nacionais. Não por culpa dos

movimentos dos professores, evidentemente, mas sim por culpa da ação dos governos, em especial dos governos estaduais. Essa última leva peemedebista que ocupou os governos estaduais, quase que por uma ação coordenada, conseguiu gradativamente nos principais Estados que tinham tido avanços consideráveis nesse campo, jogar por água abaixo um trabalho que poderia ter sido bom. Nós chegamos ao cúmulo no ano passado, de que todos os alunos das escolas públicas de São Paulo, passaram por decreto do Conselho Estadual de Educação. Ora, o movimento não tem conseguido dar resposta, essa é que é a questão. Tem sido muito difícil pra nós conseguirmos dar a resposta à uma situação como essa. É um desgaste permanente. Pelo menos eu falo muito no caso de São Paulo, é um desgaste permanente, as greves tem se estendido de uma maneira considerável, a quantidade de pessoas que está saindo do ensino público é enorme, a quantidade de escolas que não têm aulas é enorme, a quantidade de alunos que deixa de voltar depois de uma greve de 90, de 120 dias, é muito grande. Eu sei que vocês estão vivendo uma situação como essa agora.

E em termos concretos, se nós não tivermos a participação efetiva de setores sindicais, de setores organizados da sociedade, da CUT, da CGT, quer dizer, se não houver participação mais ampla de outros setores da sociedade civil que têm preocupações não diretamente ligadas com a questão educacional vai ser muito difícil vencer nossas dificuldades. Por exemplo, a Associação dos Professores de São Paulo não foi pra nenhuma reunião do Grupo de Apoio à Ação Alfabetizadora o GETA até agora, a CUT não enviou nenhuma vez um representante. Esta questão educativa se não estiver colocada dentro de uma ampla mobilização nacional, é muito difícil que isto possa ser superada. Toda a articulação que ocorreu em relação à constituinte hoje ela tá bastante desarticulada no caso da educação. Hoje esta convocação está muito difícil para o caso de defesa de um projeto de Lei de Diretrizes e Bases.

Bom! Esses são os 06 pontos que eu queria colocar.

Eu só vou indicar finalmente algumas coisas que estão ocorrendo em termos do Ano Internacional e como desdobramento do Ano Internacional.

O GETA, Grupo Estadual de Trabalho em Educação de São Paulo, nasceu no dia 02 de março de 1989 quando do lançamento da campanha do Ano Internacional. Este lançamento ocorreu ao mesmo tempo em 12 países, puxado pelo ICAE, que é um organismo internacional no campo da educação de adultos dos organismos não governamentais. O ICAE, com sede no Canadá, centraliza regionais como no caso do CEAAL, que é o Conselho de Educação de Adultos da América Latina. Houve o lançamento da campanha, que foi no CEDI lá em São Paulo, e lá se formou um grupo de entidades não governamentais.

Bom, o grupo vem trabalhando, houveram encontros municipais, um encontro estadual no final do ano passado e está se programando um encontro nacional para agosto desse

ano, que seria uma tentativa de unificar os vários grupos de trabalho nos vários Estados.

O GETA tem servido como espaço de mobilização e de discussão sobre a questão do Ano Internacional, levantando os problemas e encaminhando sugestões ao nível municipal e ao nível estadual. Eu trouxe os dois boletins do GETA, estão aqui pra vocês, podem ser socializados. O GETA tem em torno de 300 a 400 participantes como representantes de várias instituições.

Em relação à Conferência Mundial da Educação que vai dar o início à campanha do Ano Internacional. Essa Conferência Mundial de Educação Para Todos, vai ocorrer em Bangkok na Tailândia de 05 a 09 de março.

Houveram dois movimentos diferenciados: um através de dois documentos, "Carta Mundial de Educação Pra Todos", "Estrutura e Ação de Atendimentos às Necessidades Básicas de Aprendizagem". Os documentos foram produzidos pelo PNUD, pela UNICEF, pela UNESCO e pelo Banco Mundial. O documento, na sua versão inicial, foi discutido no Brasil através da UNICEF que chamou algumas pessoas para fazerem isso. Essa discussão ocorreu no Rio de Janeiro, em meados do ano passado. As posições tomadas no Brasil por parte desses educadores foram levadas num Encontro regional em Quito, para tirar uma posição latino-americana o que ocorreu em dezembro do ano passado. Eu deixo aqui com vocês também, os dois documentos, não esse documento final, mas os documentos que foram discutidos aqui no Brasil. A grande contribuição da América Latina pra esse documento foi ter colocado a questão da dívida externa. Houve inclusive uma sugestão de converter parte da dívida externa do 3o. mundo em programas de educação, utilizando então o Ano Internacional e os 10 que a UNESCO estabeleceu como meta pra acabar com o analfabetismo.

A Comissão Nacional Pró Ano Internacional de Alfabetização, foi constituída em outubro de 88 pelo governo Sarney e tinha o Paulo Freire como Presidente até alguns dias atrás. O Paulo Freire escreveu uma carta pedindo a sua demissão, depois que o Collor ganhou e se justificou em carta dizendo o seguinte: "o problema de educação é um problema de vontade política. Eu não encontro nesse governo a vontade política. Portanto, eu tô fora de uma comissão como essa".

De qualquer forma essa comissão produziu um documento chamado "Alfabetizar e Libertar". Esse documento eu tenho uma cópia aqui também, e deixo prá vocês. É um documento de trabalho e já foi encaminhado ao Ministro. Parece que o ministro não assumiu o documento, mas, enfim, vai ser apresentado na Conferência Mundial e tem algumas indicações de trabalho com relação à questão, à mobilização no Brasil e dentro do Ano Internacional.

Uma outra coisa é o seguinte: existe a Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora no Brasil, que é a RAAB, que está vinculada ao CEAAL que é esse Conselho de Educação de Adultos que fica no Chile. Essa é uma rede que aglutina

alfabetizadores no Brasil. Não é uma organização governamental, é uma articulação de entidades, movimentos e grupos voltados à questão da educação gratuita e à discussão disto junto aos governos dos Estados.

Houve o VI Congresso Mundial de Educação de Adultos do ICAE, também em Bangkok, na Tailândia, em janeiro desse ano. O CEAAL esteve presente com dois representantes do Brasil. Particularmente, eu entendo que esse Encontro não produziu nada de interessante, não tinha um documento-base, não produziu nenhum documento final, uma reunião enorme que juntou 300 pessoas do mundo inteiro e que acabou sem nenhum efeito mobilizador. Como a maioria dessas organizações que estavam vinculadas ao ICAE eram organizações não governamentais, que têm um discurso político muito mais forte, imaginava-se que se poderia trazer um documento de melhor qualidade. Eu tô meio de bronca com esses grandes organismos internacionais que só produzem encontros, prá marcar novos encontros, prá marcar novos encontros e sempre legitimam as mesmas pessoas que estão nos mesmos lugares e que tem uma distância enorme dos movimentos sociais e da sociedade civil como um todo.

Há ainda programado nos dias 26, 27, 28 e 29 de setembro, o 1o. Fórum das Américas sobre Alfabetização, que vai ocorrer em Caxias do Sul e que estão convidados uma quantidade de educadores da América Latina e da Espanha.

Com, há ainda encontros partidários que estão programados, no caso do PT. Tem o II Encontro Nacional de Educadores do PT, marcado para esse ano, que vai justamente apontar uma mobilização no campo da educação por parte partidária.

Bom, eu acho que é isso que eu consegui pautar.